

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Quaquá: “Lula precisa de amigos, não de puxa-sacos”

Quaquá: “PT vive crise de identidade”

Duas situações muitas vezes acabaram por isolar os partidos de esquerda ao longo da história. Primeiro, quando adotaram posições extremas à esquerda. Ou quando sucumbiram totalmente a serem linhas auxiliares de partidos mais conservadores. “O PT só se tornou o partido a ficar por mais tempo no poder na história republicana porque liderou coalizões de

esquerda em direção ao centro”, defende o deputado Washington Quaquá (RJ) e prefeito eleito de Maricá. “E só não se manteve no poder também em 2018 porque o segundo governo Dilma Rousseff resolveu romper com essa lógica”, ataca ele. Vice-presidente do PT, mais uma vez Quaquá faz contraponto às posições da presidente do partido, Gleisi Hoffmann (PR).

Esquerda

Esta semana, Gleisi defendeu que o partido deve se manter à esquerda. Quaquá não discorda. Mas desde que compreenda que essa posição implica manter diálogos com o centro conservador para poder governar. “O PT parece viver uma crise de identidade”, provoca.

Social

Para Quaquá, o papel do PT e dos governos que comanda é trabalhar no sentido da melhoria social da sociedade. O deputado critica a forma como hoje o partido e boa parte da esquerda encontra-se preso às pautas identitárias. Isso pode ser a razão de eventuais prejuízos.

Roosevelt Pinheiro/EB3C



Quaquá defende Okamoto como presidente do PT

Governo e PT precisam se entender com o Centrão

Neste momento em que o governo vive em crise com o Congresso, com a pauta travada em torno da questão da liberação orçamentária, Quaquá volta a defender a necessidade de entendimento com o Centrão e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). “Nós precisamos entender que somos minoria no Con-

gresso”, diz ele. “E respeitar esse fato”, continua. “Os deputados que lá estão foram eleitos. O povo é que os escolheu”. Quaquá é crítico das posições do ministro Flávio Dino, que estabelece regras mais rigorosas para a liberação das emendas orçamentárias. “O STF não devia se meter nisso”, critica. “É assunto do Congresso”.

Crescimento

“Em vez de discutir cortes, devíamos estar discutindo desenvolvimento. Com desenvolvimento, tem dinheiro para emenda, para tudo”, defende Quaquá. “O PT precisa assumir o protagonismo das lutas concretas em um país ainda muito desigual”, propõe o deputado.

Puxa-sacos

“Lula precisa de amigos, não de puxa-sacos”, diz Quaquá. E hoje, ele avalia, há mais puxa-sacos que amigos em seu entorno. Nesse sentido, ele defende que o próximo presidente do PT seja o presidente da Fundação Perseu Abramo, Paulo Okamoto.

Comando

Tal situação, ele defende, precisa se refletir no comando do PT e no entorno do presidente nos seus auxiliares mais próximos no Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirma, precisa ter quem o alerte e eventualmente até discorde dele, com lealdade.

Okamoto

“Okamoto é, de fato, um amigo de Lula”, defende o deputado. “É alguém capaz de dizer ao presidente onde eventualmente ele possa estar errando”, considera. Para Quaquá, “Lula é um gênio, mas continua sendo humano: ele não acerta tudo, não acerta sempre”.

CCJ do Senado aprova projeto da tributária

Texto vai agora ao plenário. Braga incluiu armas no seletivo

Andressa Anholete/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Após uma longa sessão marcada por bate-boca, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (11), o relatório final do primeiro projeto que trata da regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2024). O texto será analisado no plenário do Senado nesta quinta-feira (12), a partir das 10h. Caso o relatório substitutivo do relator da medida, senador Eduardo Braga (MDB-AM), seja aprovado no plenário, o tema voltará para a Câmara dos Deputados, onde pode ser votado na próxima semana. Durante a sessão, o relator reiterou que, apesar das mudanças, seu relatório “teve um impacto de apenas 0,13 pontos percentuais” a mais na alíquota média dos novos impostos, prevista em 27,5%;

Inicialmente, o texto seguiria para votação no plenário já na quarta-feira. Porém, como o relator da matéria recebeu quase 2 mil emendas ao texto, foram apresentadas durante a reunião de quarta-feira, a discussão na CCJ se estendeu mais do que o previsto – manifestaram-se na comissão sobre o texto 39 oradores.

O Congresso corre contra o tempo para aprovar a medida antes do recesso parlamentar, agendado para o dia 23. Antes mesmo da votação na CCJ, Eduardo Braga apresentou seu relatório ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e demais líderes entre os deputados para que pudessem avaliar as mudanças e já negociar eventuais alterações. De acordo com Lira, os parlamentares estão trabalhando em



Eduardo Braga recebeu quase duas mil emendas ao texto da tributária

um compilado das mudanças para apresentar aos colegas, mas há o compromisso de votar assim que o texto chegar.

A reforma tributária unifica cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) em uma única cobrança: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O IVA é dual, portanto se dividirá em duas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em escala federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em escala estadual/municipal. Além dessas, também há o Imposto Seletivo (IS), batizado como imposto do pecado por incluir uma tributação mais elevada a produtos que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Mudanças

Dentre as mudanças no relatório de Eduardo Braga, está a inclusão de armas de fogo e mu-

nições no Imposto Seletivo. O tópico foi alvo de polêmica por parlamentares da bancada da bala. “Não acatei por questões ideológicas, mas porque armas e munições não podem ter redução da carga tributária”, disse o relator.

Outra mudança no texto diz respeito a alterações no rol de medicamentos para o tratamento de diabetes mellitus, que passarão a ter isenção de imposto. Todavia, o detalhamento na tributação de medicamentos ainda será definido por meio de um projeto de lei complementar. Ainda sobre isenção tributária, ele acrescentou o pão francês na lista de produtos da cesta básica isenta de tributação. Ele manteve as carnes na cesta básica de alíquota zero.

Zona Franca

Durante a sessão, alguns parlamentares questionaram os trechos que tratam

da Zona Franca de Manaus, alegando que a reforma beneficiará a região. Em resposta durante a sessão, o senador Omar Aziz (PSD-AM) negou a medida.

“A Zona Franca tem incentivo fiscal, o resto do Brasil tem incentivo financeiro. [...] Não tem estado que vai perder mais em arrecadação do que o estado do Amazonas. O estado do Amazonas depende do Fundo Constitucional para sobreviver com seus serviços básicos, futuramente, porque está saindo da origem para o destino e nós [amazonenses] somos um povo pequeno que come pouco”, disse Aziz. “A partir do momento que nós consumimos pouco, nós não vamos arrecadar na origem”, afirmou.

“Nós arrecadamos para a União R\$ 25 bilhões e recebemos somente R\$ 7 [bilhões] de volta, anualmente”, reiterou.

LDO e orçamento serão votados na próxima semana

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, relatado pelo senador Confúcio Moura (MDB-RO), está previsto para ser votado na próxima terça-feira (18) no plenário do Congresso Nacional. Inicialmente, o projeto seria votado nesta quarta-feira (11), mas a sessão foi cancelada. Antes da sessão conjunta, o relatório final da LDO ainda precisa ser aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO). As informações foram confirmadas pelo relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA), em conversa com a imprensa nesta quarta.

A LDO de 2025 prevê meta fiscal de equilíbrio entre receitas e despesas. Dentre as prioridades do relatório preliminar estão: a prevenção de eventos climáticos extremos, ações estabelecidas pelo Plano Plurianual (PPA) e ações que se referem a projetos em execução.

Como foi informando anteriormente pelo Correio Político, caso o Congresso não consiga aprovar a LDO ainda neste ano, isso pode gerar problemas ao poder Executivo. Isso porque, sem a LDO, o governo não tem como utilizar a regra de liberação de 1/12 a cada mês sem aprovação do orçamento. Com isso, seria necessário que o governo adotasse alternativas, como editar mensalmente me-



Coronel prevê orçamento com valor total de R\$ 6 trihões

das provisórias (MPs) com créditos extras até a aprovação do orçamento, que só aconteceria com o retorno do recesso parlamentar, em fevereiro.

LOA

Também está previsto para a Comissão Mista de Orçamento (CMO) votar, nesta quarta-feira (19), o relatório final da LOA, que está sendo finalizado por Angelo Coronel. Após a votação na comissão, o texto seguirá para votação no plenário do Congresso, no máximo, até quinta-feira (19).

O senador informou que o orçamento da União será “na faixa” de R\$ 6 trilhões, mas, se-

gundo Coronel, o Parlamento está, como “todos os segmentos do próprio governo”, aguardando as informações finais sobre o envio de emendas parlamentares – tema que foi, e ainda é, alvo de polêmica entre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

“Estamos chegando a um bom termo para que a gente contemple tanto o Parlamento como o Executivo e também o papel do Judiciário, que é fiscalizar as leis. Eu tenho ressalvas, acho que os três poderes têm que ser independentes e harmônicos. Esperamos que, na virada do ano, os ânimos baixem”, destacou o relator da LOA.

A expectativa é que o valor das emendas parlamentares fique “entre R\$ 48 bilhões a R\$ 52 bilhões”, destinado para as emendas impositivas e emendas de comissão.

Para conseguir executar toda a verba carimbada pelos parlamentares para seus redutos eleitorais até o final do ano, o governo federal precisa liberar, em média, R\$ 1 bilhão em emendas por dia. De acordo com o Painel do Orçamento, até esta segunda-feira (9), R\$ 13,3 bilhões em emendas parlamentares ainda não tinham sido empenhadas – o que equivale a quase 26% do total.

Pacote fiscal

Enquanto os parlamentares se organizam para aprovar o orçamento antes do recesso parlamentar, previsto para começar em 23 de dezembro, o governo federal segue nas negociações para tentar aprovar as medidas do pacote fiscal – divididos entre os projetos de Lei (PL) 4614/2024, de Lei Complementar (PLP) 210/2024 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024.

Os relatores do PL 4614/2024 e do PLP 210/2024 serão, respectivamente, os deputados federais Isinaldo Bulhões (MDB-AL) e Átila Lira (PP-PI). Já a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024 será relatada pelo deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE).